

Memórias a Preservar: Vilas Operárias Barrageiras

Claudia Corrêa de Almeida Moraes *

Resumo: As vilas operárias aparecem dentro do contexto da industrialização trazendo uma nova forma de morar e conviver. A construção de hidrelétricas no Brasil, geralmente em locais de baixa ocupação populacional, exigiu a criação de vilas operárias para os trabalhadores das barragens. O presente trabalho busca a compreensão de uma situação específica, a criação de vilas operárias barrageiras, em particular a vila de Primavera e a preservação da sua cultura imaterial e material, tendo como referência a dinâmica das relações sociais e o espaço habitado. A opção por restringir os estudos apenas em Primavera, deve-se a situação singular desta vila como a única aberta e a última a ser construída pelas Centrais Elétricas de São Paulo – CESP em grandes barragens.

Palavras-Chave: vilas operárias, preservação cultural, Primavera.

Abstract: The works village inside appear of the context of industrialization bringing a new form to live and to coexist. The construction of hydroelectric power plants in Brazil, generally in places of low population occupation, demanded the creation of works village for the workers of the dam. The present work searches the understanding of a specific situation, the creation of dam works village, in particular the village of Primavera and the preservation of its immaterial and material culture, having as reference the dynamics of the social relations and the inhabited space. The option for restricting the studies only in Primavera, must it singular situation of this open and the last village as singular be constructed by the Centrais Elétricas de São Paulo - CESP in larges dams.

Keywords: *works village, cultural preservation, Primavera.*

A cidade apresenta uma proposta diferente do rural, nela o espaço público se opõem ao privado. As casas são construídas para se estar nelas e a cidade para sair da casa e reunir-se com os outros que também saíram de suas casas. (ORTEGA y GASSET, apud GASTAL, 1999:28).

LE GOFF (1988:219) mostra, no entanto, que a cidade apresenta seguinte dicotomia: é sinônimo de sociabilidade e ao mesmo sinônimo de individualidade e anonimato.

Segundo ARGAN (1992:28) “Esse conjunto vive, respira, cresce, adquire um rosto peculiar, uma forma e uma história interna”. Todos os equipamentos presentes no espaço urbano se transformam em imagem urbana que são decifráveis por moradores e visitantes.

A cidade é dinâmica, está sempre em mudanças e geralmente o que conseguimos apreender são fragmentos de imagens como escreveu BENJAMIN (1994:153) ou mapas

* Bacharel em História Unicamp e Mestre em Ciências da Comunicação USP - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Unesp;

textuais para LIMA (2000:15). Esses fragmentos somente terão sentido se houver uma leitura da cidade disseminada em narrativas urbanas.

LYNCH (1988:127) diz que contemplar as cidades é extremamente agradável, por mais vulgar que a paisagem pode ser. ROLNIK (1988:16-17) apresenta a cidade como uma forma de escrita, pois registra acumulação de riquezas e de conhecimentos. O habitar nessa cidade-escrita tem uma nova dimensão, uma vez que se fixa em uma memória que, diferente da lembrança, não some com a morte. Na memória fixam-se os textos que a sociedade produz e também a própria arquitetura urbana.

Para ver as cidades contemporâneas é preciso treinar o olhar e saber também trocar olhares com esse objeto polifônico nos dizeres de CANAVECCI,(1993:17C).

Quando olhamos uma cidade que aparenta ser igual a tantas outras, não conseguimos ver o que ela esconde. Ao descortiná-la talvez possamos conhecer uma das suas facetas. Muitas vezes, nem para os moradores a cidade é assim cristalina. Embora vejamos as ruas todos os dias, as pessoas, os edifícios nem sempre sabemos da memória guardada na paisagem, nas mentes, nos corações (GASTAL, 1999:24).

Atualmente as cidades são analisadas pela suas edificações, monumentos, obras de arte, perfis socioeconômico e cultural, mas também, pela sua memória. Para BRESCIANI (1997: 38-40) a matéria urbana forma-se pelo fio condutor da opinião, como transmissor de memórias, que afloram nas recordações tanto históricas como pessoais, intimamente ligados despontam nos monumentos e nos costumes.

As relações das pessoas com o território, com a cultura e com a história através do tempo, podem ser percebidas no tecido urbano. A memória ficou nos fragmentos esparsos, que não tem sentido se a história não for conhecida e essa mesma memória sobrepõe as camadas históricas presentes no local, alimentando as redes simbólicas de onde emergem os perfis reais dos lugares.

Para os moradores a compreensão de sua cidade é importante. Ele passa a identificar-se com o local, ter sentido de pertencimento. Quando se identifica e sente que pertence ao lugar, não se sente só. O ser humano é um ser social que precisa dos outros para viver. A sensação de ser de algum lugar e ter referências é o que o torna cidadão. Criar o “meu canto” segundo BACHELARD (1993:26) é diferenciar o lugar dos outros espaços.

Para que essas referências continuem existindo é crucial que haja conservação e preservação do patrimônio natural e cultural e que esse possa ser lido e interpretado.

Com a mercantilização da sociedade e a organização do Estado Moderno aparece a segregação do espaço urbano. Surgem os bairros exclusivamente residenciais separados dos

locais de trabalho e depois os bairros dos negócios. Também há a segregação por classe social, bairros para ricos e bairros para pobres. Existem ainda as mudanças do público e do privado, cada vez mais, as classes privilegiadas moram em casas que se afastam das ruas e dos vizinhos, ganhando e murando o lote ao seu redor e com um zoneamento de cômodos. Entre eles se destaca a sala de visita, lugar que se abre para receber um público selecionado. Desta forma, a vida social burguesa se afasta da rua para se organizar, entre seus iguais, no privado das residências.

A cidade mercantilizada tem seu espaço urbano como campo de investimento do capital. Os terrenos são geometrizados para que sejam facilmente mensuráveis e aparece a necessidade de uma condução política de ocupação que permitia aos capitalistas o retorno dos investimentos. A intervenção do Estado é planejada previamente de maneira projetada e calculada, como se ela pudesse funcionar igual a um mecanismo de relojoaria. A presença do racionalismo e do plano urbano barroco estão associadas à idéia de ver e controlar a cidade. Equipamentos coletivos como fator de disciplina e vigilância estão presentes em nossas cidades (FOUCOULT, 1983:191-192). As cidades seguem um projeto padrão obedecendo à forma de ocupação capitalista da terra e à micropolítica da família burguesa. Aquelas habitações que não se enquadram nesse modelo, são consideradas como subnormais. Entre elas as Vilas Operárias.

Com a era industrial nos séculos XVIII e XIX, houve um grande esforço para reorganizar o trabalho e controlar os trabalhadores em todas as circunstâncias de seu cotidiano. As Vilas Operárias aparecem como tentativas de solucionar o problema da habitação operária e da estabilidade social. As iniciativas eram geralmente dos próprios industriais, através de relações paternalistas entre patrões e empregados, visando inclusive baratear o custo da mão-de-obra.

Por questões sanitárias, as vilas operárias foram adquirindo o perfil de ser também uma “vila jardim”, com construções isoladas no lote e cercadas de verde. A idéia da família burguesa impunha-se ao operariado. As construções coletivas não eram, segundo a visão dos patrões, favorável a moral e bem-estar do operário. Essas vilas contavam ainda com equipamentos de lazer, escolas, espaços culturais e científicos, igrejas, parques, entre outros. Todas as atividades muito bem controladas pelos patrões.

As Vilas Operárias foram tentativas de estender para a vida cotidiana do operário o controle que já era exercido na fábrica. Um princípio moralizador perpassava esses projetos com o intuito de controlar os instintos e introduzir novos costumes e padrões morais, da ética do trabalho, da disciplina, do respeito à propriedade e aos patrões.

O Brasil também desenvolveu a experiência de construção de habitação operária junto aos espaços produtivos das empresas.

A partir dos anos de 1950 aparecem além das vilas de caráter definitivo, as vilas de uso temporário destinadas aos trabalhadores absorvidos no período de obras. Esses núcleos eram importantes para resolver o problema do recrutamento dos recursos humanos de menor qualificação para a empresa e por outro lado, era um investimento que se perdia rapidamente, depois de terminada a obra.

Entre as empresas que criaram núcleos residenciais para seus empregados durante o século XX estão as de geração de energia. A edificação das usinas hidrelétricas de maior porte demandou a construção de “vilas provisórias” destinadas a trabalhadores absorvidos no período de obras e vilas “definitivas” para os engenheiros e técnicos que acompanhariam a gestão das usinas quando estivessem em funcionamento (VIANNA, 2006:90).

A CESP foi uma dessas empresas que construiu as vilas operárias. Em suas primeiras vilas e núcleos o que fosse construído para subsidiar o período construtivo foi desmanchado ao terminarem as obras das UHE e ficaram apenas as edificações que serviram de suporte para a produção de energia.

A arquitetura praticada pela CESP está impregnada pelo racionalismo técnico do modernismo dos anos 1920 no qual a arquitetura deveria representar a nova sociedade industrial (SEGAWA, 1999:167). Esse racionalismo e hierarquia seguem a idéia do mundo industrial, a sociedade deve ser organizada para ser produtiva.

Diversos núcleos e vilas residências pela CESP desapareceram sem deixar registro, outros receberam novos usos como em Barra Bonita, mas a maioria dessa experiência urbanística pode somente ser vista em fotos e plantas.

Na segunda metade da década de 1970, a CESP planejou e iniciou as obras das UHEs Rosana e Porto Primavera em uma das áreas mais pobres e despovoada do estado de São Paulo. O projeto estava inserido nos planos dos governos do período ditatorial para o setor energético.

A construção dessas UHEs em local sem uma cidade de médio porte próximo que pudesse abrigar os técnicos e trabalhadores levou a CESP em 1979 criar um Núcleo Residencial para dar subsídio às obras, durante o período de construção.

Seu projeto foi realizado por autorização do governo federal pela Divisão de Arquitetura e Urbanismo da CESP com auxílio de arquitetos e técnicos da Hidrobrasileira S/A Engenharia e Consultoria Técnica. A implantação das residências iniciou em 1980 e estendeu-se até 1990.

A proposta de Primavera visou promover maior autonomia para a vila em relação a

CESP e ao próprio Estado frente às outras vilas construídas pela companhia energética. Seu projeto foi o modelo mais aperfeiçoado da CESP na construção de vilas barrageiras. Planejado como cidade aberta, com a presença de moradores que não fizessem parte do projeto de construção ou gestão das usinas, esperava-se que após o término das obras, a vila de Primavera continuasse a existir e que auxiliasse no desenvolvimento regional.

No projeto urbanístico de Primavera se percebe uma influência no traçado do plano de Lucio Costa para Brasília. Perpendicularmente a avenida principal há três eixos, paralelos entre si que definiram o planejamento da vila. Os eixos formam Norte, Sul, Leste e Oeste margeando a área central e nesta área há uma mata preservada e a instalação do comércio central. Bem próximos estão a Igreja Católica, o Hospital, o Hotel, o Pavilhão de Jogos, os Clubes, a Rodoviária e o Estádio-Municipal.

O núcleo da cidade pode ser visto no contexto de “core”, ou seja, o centro-cívico como um grande espaço para a aglomeração das massas, mas também associado à idéia de centro administrativo. Um local onde o sentido de comunidade encontrava uma expressão física. Também foram previstos outros quatro centros para os bairros.

A vila recebeu um plano de paisagismo para solucionar problemas como equilíbrio das condições do terreno até o tratamento paisagístico do entorno das edificações e do sistema viário.

As quadras são grandes e acompanham o traçado de vias em curvas suaves e a hierarquização, das funções e dos sistemas viário. As casas tinham modelos distintos e a idéia era implantar tipos alternados para quebrar a monotonia das ruas e proporcionar uma percepção mais aprazível. Pode-se afirmar que esses conceitos foram tirados dos projetos das “cidades jardim”, presentes na liberação de áreas para uso coletivo e a redução da infraestrutura, traçando caminhos, pequenas praças e playground, integrando-os ao projeto de paisagismo.

Esses modelos variavam de acordo com as categorias funcionais estabelecidas pela CESP e também por sua perenidade. Algumas foram feitas de alvenaria e não seriam desmontadas e outras de madeira ou concreto que seriam removeis. Divididas em: padrão A (melhor nível) padrão B (nível intermediário) e padrão C (nível inferior). Também seguiam as categorias profissionais que iam do N1 que incluíam os trabalhadores não especializados até o N6 que eram os técnicos de nível superior. Assim, havia três níveis de estratificação: engenheiros, técnicos e funcionários não especializados.

Ao todo foram construídas 1.255 residências permanentes, 3.635 desmontáveis e 43 pavilhões igualmente desmontáveis para alojamentos, além dos correspondentes equipamentos comunitários, diferenciados construtivamente nas mesmas proporções.

Atualmente no distrito se percebe muitos sinais de alterações de fachadas, novos cômodos nas casas, troca de telhados, uso de áreas comuns como privadas, fim dos jardins e do projeto urbanístico de cidade jardim, entre outros. Vários são os motivos que levam os moradores a alterarem as suas casas: melhor qualidade térmica, preocupação com a segurança e até modismos.

Primavera virou Distrito depois de alguns anos de concluídas as Usinas, mas não conseguiu atingir o propósito de ser instrumento do desenvolvimento regional. Atualmente sua economia é constituída dos recursos aferidos pelas Usinas, de um modesto comércio e prestação de serviços. Sua população que chegou a atingir a 18 mil pessoas no auge do período construtivo das UHEs, atualmente conta com 9 mil moradores.

Quando se procura proteger a cultura e o ambiente de uma determinada sociedade estamos querendo garantir a manutenção de sua memória e seu do espaço. No caso específico do Distrito de Primavera, este é momento crucial para se pensar em um projeto que possa garantir a preservação da memória e do ambiente.

Há sérios riscos de continuar a descaracterização urbana que vem ocorrendo, pois as normalizações proposta pela revisão do Plano Diretor de Rosana (2007) não prevê a conservação do núcleo urbano operário com um legado cultural, mas apenas as normas para as edificações de um município.

Este núcleo urbano guarda um conjunto arquitetônico exemplar na formas de viver dos “barrageiros”. A leitura desse urbanismo e a história do lugar permitem contar um pouco da história das vilas operárias e do urbanismo criado no Brasil.

Esta memória impressa simbolicamente no núcleo urbano passa por mudanças pelo dinamismo que existe em qualquer cidade, seja por modismo, seja por questões de segurança, ou outras quaisquer. Como acontece, em muitas cidades pequenas, a importância desses bens patrimoniais não é vista e nem sentida por parte de seus moradores. A manutenção do acervo urbano baseado em uma arquitetura com elementos dos anos de 1970 simboliza estagnação e o impedimento para o progresso.

Daqui a alguns, anos se nada for feito, não será possível identificar a história e a memória do núcleo “barrageiro” presente no traçado urbano e na arquitetura padronizada e funcional.

É possível propor uma interferência nessa situação através de um projeto que desenvolva a afetividade dos moradores pelo seu patrimônio. Existe uma dificuldade nos moradores de distinguir a importância do seu patrimônio por estarem incorporados no seu cotidiano. A simbologia dos objetos não é percebida, por isso, para enxergarem como tal, é preciso um afastamento da realidade cotidiana que possibilite conhecê-la. Dificilmente isso ocorrerá de maneira intuitiva.

O patrimônio diante da orientação da Nova História também se fragmenta, o “todo” passa a ser a História do “tudo”. Minorias, crianças, mulheres, operários, e outros grupos étnicos passam a ocupar o lugar do nacional, ou se igualam. Amplia-se o conceito de patrimônio, não sendo mais parte de uma linha do tempo e sim, de várias temporalidades, abandona o moderno e aceita a pluralidade do “pós-moderno”.

O patrimônio cultural, atualmente, é entendido como testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente. Patrimônio aqui referido trata-se das representações da sociedade tanto materiais como imateriais e de todas as classes sociais, que pode oferecer as pessoas o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, a compartilhar uma cultura, de perceber elementos comuns que compõem a identidade coletiva. Essa visão do patrimônio possibilita a sociedade perceber a si própria.

Todas as sociedades são portadoras de um Patrimônio Cultural, mas nem todas têm apreensão ou consciência dele. Por isso, somente através do conhecimento é possível entendê-lo e valorizá-lo.

Para CAMARGO (2002:15-16) o patrimônio em qualquer sociedade é sempre um produto de uma escolha, e como toda escolha tem caráter arbitrário. É resultado da eleição de alguns elementos em detrimento a outros que podem cair no esquecimento e na destruição. O autor aponta que o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos, pois os artefatos culturais, em princípio são dotados de funcionalidade que se teriam tornado obsoleto para nós. *“Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendermos o seu significado”* (CAMARGO, 2002: 96).

A auto-definição cultural materializada em símbolo público é definida por cunhos ideológicos das esferas públicas. O patrimônio não é o mesmo que vestígio tangível do processo histórico, embora se alimente do passado para sua formulação, mas é uma interpretação do passado, uma recriação da história que emana visões essencialistas e neutraliza as contingências históricas. O legado patrimonial é, assim, um legado falsificado para fins de identificação coletiva, apesar de beber nos fatos históricos e na diversidade cultural os motivos para a sua formulação.

A interpretação é um processo de comunicação desenvolvido para revelar significados e relações com nosso patrimônio natural e cultural, através de experiências diretas com os objetos, artefatos, paisagens e lugares. É um instrumento de alfabetização cultural que possibilita aos indivíduos fazerem à leitura do universo em que estão inseridos (VERVEKA, 2003:21).

A valorização do patrimônio cultural depende, necessariamente, de seu conhecimento. É com a interpretação que pode ocorrer à preservação sustentável, desenvolver o orgulho da própria identidade e cidadania. Também é possível que haja a consolidação de sujeitos sociais – crianças, jovens e adultos, no entendimento que patrimônio não é algo exterior aos indivíduos, pois foi produzido por eles mesmos ao longo da história.

A interpretação não é um evento em si, mas um processo contínuo que envolve a comunidade com o passado, presente e futuro, de um acervo, de um sítio ou de uma cidade. Seu objetivo é apresentá-lo, promovê-los e atualizá-los como atração.

A interpretação é desenvolvida através das técnicas de comunicação interpretativas que são selecionadas por uma equipe multidisciplinar para atingir determinados objetivos. Neste sentido, ela é um meio de se atingir um fim.

Considerações Finais

A preservação do Patrimônio de Primavera deve ser orquestrada seguindo os princípios do planejamento participativo, através da comunidade que deverá passar por um processo de auto-conhecimento para definir o que e como pretende resguardar.

A criação de um Conselho de Preservação do Patrimônio que possa desenvolver uma política cultural para Primavera pode permitir que essa memória singular advinda de uma experiência tão rica, contendo os princípios das vilas operárias, a discussão das questões ambientais e de saúde geradas pelas antigas vilas, o controle social exercido na hierarquia social e espacial e paradoxalmente a idéia de “vila aberta”, inclusive gestada em seu plano diretor a idéia da rodovia passar no meio da vila para ela nunca fechar, a memória do trabalho em outras hidrelétricas contidas nos projetos arquitetônicos e até nas casas transplantadas, a migração constante e a idéia de não pertencer a lugar algum ou de encontrar ali um porto seguro e tantas outras.

As memórias e conceitos estão presentes nos tecido urbano, no lugar construído, mas por ausência de uma interpretação desse patrimônio passa despercebida pela população. É preciso ensinar a população a interpretá-la e assim, tornar possível preservá-la.

É preciso desenvolver uma política participativa que permita dar novos significados a esse patrimônio contribuindo para a sua valorização e identificação. Essa política teria conceitos básicos como o localismo, a identidade e a integração. É claro que o dinamismo urbano somente permite apreender fragmentos de imagens da cidade presente concretamente e na memória. Nos dizeres de ROLNIK (1988:15) esta memória é diferente da lembrança, pois, não some com a morte. Na memória fixam-se os textos que a sociedade produz e também a própria arquitetura urbana. E neste contexto está Primavera.

Referências Bibliográficas

- ARGAN, G. **História da arte como história da cidade**. Martins Fontes, São Paulo, 1993.
- BACHELARD, G. **Poética do Espaço**. Trad. A. P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BEJAMIN, W. *Paris, Capitale du XIX Siècle: Le Livre des Passages*. Trad. Jean Lacoste. Paris: Les Editions du Cerf, 1989
- BRESCANI, M.S. Metrôpoles: as faces do mostro urbano. (as cidades do século XIX). **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 5 n.8/9, p.35-68. set. 1984/abr.1985
- CAMARGO, H.L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: ALEPH, 2002. (coleção ABC do Turismo).
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CORREIA, T.B. **Vilas operárias e de mineração no Brasil: a construção e o desmonte**. 2004. Tese (Livre Docência) Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GASTAL, S. **Alegorias urbanas – o passado como subterfúgio**. Campinas: Papyrus, 2006
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- OLIVEIRA, A, SCARBOSA, B e RODRIGUES, J. **Vilas temporária e permanente como estrutura para a construção de usinas hidrelétricas**. São Paulo: CESP, 1984.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA. Plano Diretor. 1999 e 2007.
- PRATS, L. **Antropologia e patrimônio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997
- RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. FUNARI, P. e PINSK, J.(orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

VIANNA, M. P: **Núcleos Residências da Cesp – o processo de desmonte**. Dissertação de Mestrado. 2006. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo.

VEREKA, J. Por que os lugares de importância patrimonial necessitam de interpretação para sua sobrevivência por longo tempo? Trad. Gustavo Farias. Salvador. **Turismo tendências e debates**. Ano V n 5 janeiro/dezembro de 2003.